

A CRIANÇA EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SEU OLHAR PARA ESCOLA

THE CHILD IN SOCIAL VULNERABILITY AND HIS LOOK AT SCHOOL

Karolaine Zilli da Luz¹

Cibele da Silva Lucion²

RESUMO: O presente artigo propõe uma discussão acerca de crianças em estado de vulnerabilidade social e a importância que elas dão à instituição escolar. Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, cujas entrevistas foram realizadas com crianças do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental. De tal modo, discutiu-se o papel da escola pública como instituição social, o conceito de vulnerabilidade social e leis que protegem crianças e adolescentes, além do desenvolvimento que ocorre na terceira infância e seus aspectos motivacionais para um bom desempenho escolar. Assim tendo como problema, o que as crianças em estado de vulnerabilidade social percebem como papel da escola? O objetivo geral foi o de compreender a percepção dessas crianças sobre o papel da escola. Constatou-se que a visão da maioria delas em relação ao ambiente escolar é considerado “legal”, porém não reconhecendo a importância da escola como perspectiva de um futuro melhor.

PALAVRAS CHAVE: Vulnerabilidade social. Terceira infância. Papel da escola.

ABSTRACT : This paper proposes a discussion about socially vulnerable children and the importance they give to the school institution. This is a field research with qualitative approach, whose interviews were conducted with children of the 3rd and 4th grade of elementary school. Thus, the role of the public school as a social institution, the concept of social vulnerability and laws that protect children and adolescents, as well as the development that occurs in early childhood and its motivational aspects for good school performance were discussed. So having as a problem, what do children in socially vulnerable state perceive as the school's role? The overall goal was to understand their perception of the role of the school. It was found that the view of most of them regarding the school environment is considered “cool”, but not recognizing the importance of school as a perspective for a better future.

KEY WORDS: Social vulnerability. Third childhood. Role of the school.

¹ Graduada em Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

1 INTRODUÇÃO

A escola possui um importante papel para a interação e formação dos indivíduos, pois recebe diariamente uma diversidade de pessoas, com suas culturas, políticas, contextos, entre outros aspectos. Assim, contribui no processo de desenvolvimento e aprendizagem, além da construção social dos educandos.

A partir dos debates na graduação de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, o tema foi se desenvolvendo, pois sempre ocorreu o questionamento sobre a visão das crianças que frequentam as escolas, que estão localizadas em área com maior vulnerabilidade social, bem como analisar a relação entre a visão dessas crianças em relação a importância do espaço escolar em meio a esta sociedade.

Neste sentido, a presente pesquisa tem como problematização o que as crianças em estado de vulnerabilidade social percebem como papel da escola? Tem como objetivo geral compreender a percepção dessas crianças sobre o papel da escola. E, ainda para complementar, os objetivos específicos: pesquisar sobre a função social da escola; conceituar a criança em estado de vulnerabilidade social; e, identificar os aspectos motivacionais para estas crianças.

A escola é um espaço onde que auxilia no desenvolvimento das crianças. Sendo assim, a presente pesquisa deverá contribuir para questões relacionadas à instituição escolar, assim como a visão das crianças que vivem atualmente em estado de vulnerabilidade social sobre a mesma. Dando possibilidade de identificar e estimular nas crianças o conhecimento em relação à importância do ambiente escolar para sua formação como indivíduo social e, desse modo, construindo consciência de seus direitos e deveres em meio à sociedade.

2 CONCEITO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Vulnerabilidade não é um neologismo nem um arcaísmo linguístico, mas vem sendo estudada há muito tempo, pois está carregada de diferentes concepções, vinculadas a

² Mestre em Educação. Psicóloga e psicopedagoga. Docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

área da saúde, ambiental e econômica. Nos anos 90, ela surgiu com foco social, significando a evolução da palavra *pobreza*, pois já não conseguia mais cumprir com todos os significados que estavam sendo atribuídos a ela. A palavra *pobreza* é voltada para o ponto de vista socioeconômico, assim focando mais na parte financeira e na carência da sociedade, sem levar em consideração a cultura, o ambiente, os direitos como cidadão, que não são atribuídos e o processo que passou até chegar neste estado (MONTEIRO, 2011).

A vulnerabilidade social tem enfoque nas pessoas com fragilidade social, pois tem relação com questões que interferem na utilização de seus direitos como cidadão. Conseqüentemente, a vulnerabilidade acaba muitas vezes colocando as pessoas em estado de risco, podendo ser de forma cultural, financeira ou social (MONTEIRO, 2011).

Carmo e Guizardi (2018) apresentam que o conceito de vulnerabilidade não é algo concreto, que está determinado, tendo a possibilidade de ser modificado, pois tem relação com a “[...] ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos” (CARMO; GUIZARDI, 2018, p.2). Com isso, percebem-se as diversas características que ocasionam este posicionamento de vulnerabilidade, não tendo enfoque apenas no ponto financeiro, mas outros fatores como a questão dos direitos do cidadão, como o estado de vulnerabilidade social pode atingir diferentes grupos ou pessoas individualmente.

As autoras também relatam que o fator econômico é uma das questões de maior presença em relação aos sujeitos ou grupos em vulnerabilidade, entretanto não se pode afirmar ser o principal e único fator. Contudo, torna-se uma das questões de maior influência e, assim, conseqüentemente, as pessoas pouco privilegiadas acabam sendo as mais atingidas.

Muitas famílias se encontram nestas circunstâncias, assim como afirma Petrini (2003) a partir do momento em que as pessoas/grupos sentem-se bloqueadas na realização de algumas atividades consideradas básicas no meio social, como a saúde, trabalho, lazer, educação e a moradia, estes sujeitos conseqüentemente entram em uma situação de vulnerabilidade social.

O aspecto socioeconômico não é o único fator que define a vulnerabilidade, mas Gomes e Pereira (2004) mostram que contribui muito, afetando fortemente na desestruturação

de famílias, atingindo com maior facilidade as crianças que estão inseridas neste meio, colocando-as em maior risco social, pois acabam sendo expostas a situações desfavoráveis.

Conforme Fonseca et al (2013, p.260):

Os riscos relacionados ao lugar de moradia incluem a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a falta de disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança e a proximidade da localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas.

Entende-se que as pessoas em vulnerabilidade se encontram nesta situação por diferentes fatores, os quais as colocam em risco social de grupos, pessoas e seus dependentes. Um dos maiores grupos atingidos neste caso são as crianças e adolescentes, pois por consequência da dependência de seus responsáveis ficam expostos em ambientes carregados pelo consumo de bebidas alcoólicas, uso de drogas, brigas familiares e violência, comprometendo-as físico e psicologicamente (FONSECA; et al.,2013).

Apesar de toda essa situação, percebe-se que “[...] as pessoas não são vulneráveis, elas estão vulneráveis com relação à determinada situação e num certo ponto do tempo e espaço [...]” (GOROVITZ 1994, apud GAMA, CAMPOS; FERRER, 2013, p.78). Os autores mostram que não se pode pensar que os sujeitos em vulnerabilidade social estão condenados a não sair desta situação, visto que a questão de vulnerabilidade não está fixa ao sujeito, e sim posta. Estas pessoas ou grupos acabam tendo contato com diferentes situações, sendo condicionados a viver desta forma. A situação de vulnerabilidade pode ser alterada se houver mudanças no meio social em que este sujeito ou grupo está inserido, mas a ruptura social é rara e difícil, pois depende de políticas sociais.

Carmo e Guizardi (2018) citam que a vulnerabilidade pode ter relação com pessoas/ grupos que estejam em um momento com sua cidadania fragilizada, por conta de todas as situações e fatos em que se encontram ao seu redor, mas ninguém está nessa situação de forma fixa. Há possibilidades de mudança, principalmente, por meio de políticas sociais que possibilitam a consciência de seus direitos e deveres, permitindo mudar seu contexto.

3 PAPEL SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

O sujeito é inserido no meio social desde seu nascimento. Silva e Ferreira (2014) afirmam que a família é o primeiro contato que a criança tem com a sociedade, a micro sociedade familiar, logo o espaço escolar se torna o segundo momento, onde o acesso a outros elementos da complexidade social acontece de modo bem diferente do primeiro.

Canivez (1991) afirma que:

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra.

A instituição escolar é um ambiente onde se possibilita que grupos de crianças de diferentes contextos convivam e sigam as mesmas regras. Conforme Freitag (1974), a escola surge como uma instituição fundamental para a construção do indivíduo, além de contribuir para ele próprio também auxilia a sociedade e humanidade. De tal modo, pode-se compreender a importância para seu próprio desenvolvimento, assim como da sociedade, em relação aos contatos com diferentes pessoas, que frequentam a mesma instituição.

Pereira e Carloto (2016) relatam que a instituição escolar é um dos ambientes onde acontece o desenvolvimento e aprendizagem, assim o processo de educar deve abranger todos os aspectos como os históricos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais, desenvolvendo o sujeito por completo.

Este importante espaço de desenvolvimento está assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Art. 205 onde, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Portanto, a escola é um espaço que pode ser usufruído por todos presentes na sociedade em que dela está inserida.

O papel social da escola tem relação com o desenvolvimento direcionado para o convívio em sociedade. Freitas (2011) afirma que esta instituição é um ambiente onde se

contribui para a formação do cidadão, com o intuito de desenvolver capacidades de auxiliar a sociedade em que está inserido, tornando-se um sujeito crítico, pensante e que possui conhecimento de seus direitos e deveres.

Libâneo (2007) cita que a escola possui três objetivos: o primeiro tem relação com o mundo de trabalho, tendo que preparar e capacitar o indivíduo para se firmar em um ambiente profissional; o segundo é compreender sobre seus direitos e deveres, tornando-se um sujeito pensante, participativo, contribuindo para a sociedade em que está inserido; e, por fim, a ética com seus valores morais e sua compreensão e respeito por conta do convívio com uma diversidade de pessoas.

Vale lembrar que todo sujeito se habitua a uma sociedade onde ocorrem permanentes mudanças por conta das evoluções tecnológicas, culturais, o contexto político, entre outros fatores. Deste modo, a instituição escolar é parte da mesma sociedade onde todas as transformações acontecem (GOMES, 2014).

4 TERCEIRA INFÂNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO

Conforme Papalia (2013), a terceira infância começa a partir dos seis anos de idade até em média doze anos, sendo um momento de transição para as crianças. Neste período, ocorrem diferentes mudanças cognitivas, física, motora, psicossocial e emocional, além de ser nesta fase em que o estágio operatório-concreto acontece.

O autor mostra que no estágio operatório-concreto a criança começa a perceber logicamente o que acontece ao seu redor, conseguindo assim resolver problemas que precisam utilizar operações mentais. Assim, “[...] no estágio operatório-concreto, as crianças têm, em relação ao estágio pré-operatório, melhor entendimento dos conceitos espaciais, causalidade, categorização, raciocínio indutivo e dedutivo, conservação e números” (PAPALIA, 2013, p 324).

Neste período, a criança se espelha no adulto, aprendendo atitudes e pensamentos, iniciando o processo de construir-se. Na terceira infância também acontece o aperfeiçoamento cognitivo, quando se inicia o pensamento sobre si, permitindo elaboração de um autoconceito, equilibrando suas emoções em situações sociais. Neste estágio, já consegue identificar o

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

momento que irá ficar brava, triste, com medo, feliz, podendo reagir de diferentes formas. A terceira infância também é conhecida como idade escolar, por tanto a família e a escola se tornam muito importantes nesse processo, pois são elas que irão auxiliar as crianças em seu desenvolvimento, no controle de suas emoções e da autoestima (RODRIGUES; MELCHIORI, 2014).

Conforme Papalia (2013, p 356), a criança começa a ter um olhar sobre ele próprio, pois “nessa época, os julgamentos sobre si mesma tornam-se mais conscientes, realistas, equilibrados e abrangentes à medida que ela forma os sistemas representativos: autoconceitos amplos e inclusivos que integram vários aspectos da identidade” (HARTER, 1993, 1996, 1998, apud PAPALIA, 2013, p.356). Assim, se o sujeito se sente diferente dos outros de sua idade, ele pode ter duas reações, retrair-se para os braços de seus familiares ou se afastar das relações à sociedade. Contudo, os familiares interferem diretamente neste processo, pois a autoestima das crianças se fortalecerá sobre o que falam a ela.

A atmosfera familiar interfere diretamente no desenvolvimento da criança, tais como as manifestações de carinho ou ausência dele, presença ou ausência do amor, enfim, das manifestações de sentimento primordiais na construção de um indivíduo emocionalmente saudável. Tudo isso faz parte do processo de desenvolvimento cognitivo, psicossocial e neurológico, afetando diretamente no comportamento do indivíduo ao longo de sua existência.

De acordo com Papalia (2013, p.358):

Conforme prevê a teoria de Bronfenbrenner, níveis mais amplos de influência – incluindo o trabalho e o nível socioeconômico dos pais, e tendências sociais, como urbanização, alteração no tamanho da família, divórcio e novo casamento – ajudam a formar o ambiente familiar e, portanto, o desenvolvimento da criança.

Sabe-se que a escola e a família têm um papel fundamental nessa fase da vida, assim é preciso entender que ao olhar para a criança deve-se levar em consideração a família e o ambiente em que ela está inserida.

4.1 Aspectos motivacionais na escola

Com base em Procópio (2011), pode-se citar duas orientações sobre motivação: a motivação intrínseca e motivação extrínseca. A motivação extrínseca tem relação a algo externo que vem de fora, na qual é realizada a atividade para alcançar um determinado objetivo. Assim, só acontece quando se tem o incentivo ou estímulo, como receber uma recompensa em troca. Afirmando, “[...] se refere à atividade desempenhada por alguém devido a algum outro benefício propiciado pela mesma” (KOHN, 1998, p. 280). Já a motivação intrínseca é definida com algo que satisfaz, ou seja, o sujeito realiza a atividade sem esperar algo em troca, mas, sim, pela satisfação em realizá-lo, assim “[...] o desejo de envolver-se numa atividade pelo que ela é, isto é, exatamente pela satisfação que ela provê” (KOHN, 1998, p. 280).

Com isso, na instituição escolar acontecem algumas motivações, Bee e Boyd (2011) afirmam que os pais mais presentes na vida escolar dos filhos, de forma participativa, como frequentando as reuniões, auxiliando as crianças nos deveres e participando das atividades escolares, colaboram com o desenvolvimento da criança, passando segurança a ela. Assim em algumas ocasiões, o aluno terá maior facilidade no momento da aprendizagem, além de ter a possibilidade de permanecer na instituição escolar por um período maior.

Conforme Siqueira e Gurgel-Giannetti (2010), um dos fatores responsáveis pela falta de interesse e dificuldade escolar ocorre por conta da falta de motivação extrínseca, pois a família tem um papel importantíssimo sobre a criança. Além disso, uma maneira de possuir um bom desenvolvimento cognitivo, é proporcionar à criança novas experiências, apresentar novas culturas e estimulá-las. Com isso as questões socioeconômicas e culturais podem interferir nesse aspecto de novos conhecimentos, além de que o “grupo de crianças com vulnerabilidade social é considerado de risco para dificuldade escolar [...]” (SIQUEIRA; GURGEL-GIANNETTI, 2010).

Papalia (2013) afirma que a questão socioeconômica pode ter influência, porém não é o único fator, pois pode-se encontrar diferentes motivos responsáveis pelo desempenho escolar, como a relação com a família, localização da moradia, vizinhança e o estilo de vida. Bee e Boyd (2011) trazem também o fato de que às crianças menos favorecidas

economicamente em relação a interferência no desenvolvimento, porém acreditam que isso só é possível se os pais não são participativos.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o sujeito será considerado criança, até os doze anos, e adolescentes, dos doze aos dezoito. No entanto, a lei se aplica até os vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990). Fonseca (2013) cita que é neste momento da vida em que ocorrem diferentes mudanças, pois cada pessoa está se desenvolvendo social e psicologicamente e, assim, preparando-se para uma vida adulta, necessitando viver em um ambiente que proporcione o bem-estar.

A população de crianças e adolescentes, especialmente os que vivem em estado de vulnerabilidade social, com relação aos seus direitos a esta fase da vida, para um bom desenvolvimento foram criadas algumas leis. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a criação dos Conselhos Tutelares (BRASIL, 1990), Programa Bolsa Família (BRASIL, 2003) e o Programa Saúde na Escola (Brasil, 2007) são responsáveis por esta garantia.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge como uma forma de garantir os direitos ao bom desenvolvimento em condições dignas, com saúde e proteção. Para isso, ele traz em seu artigo 4º (BRASIL, 1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Além de assegurar os direitos por educação, saúde, alimentação, lazer, entre outros elementos, a criança e o adolescente poderão ser afastados de seus responsáveis em casos de sofrer com maus-tratos, abuso sexual, agressões etc. E em casos de gravidez na adolescência, a gestante tem direito a receber o parto, pré-natal, perinatal e pós-natal no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990).

Ainda no Art. 136 do Estatuto Da Criança e Adolescente, pode-se encontrar as atribuições ao conselho. “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos por Lei.” (BRASIL, 1990). Com isso, deve conter um Conselho Tutelar para cada município e regiões que são administrativas do Distrito Federal, pois ajuda a facilitar na construção de Políticas Públicas direcionadas às violações que protegem a criança e o adolescente e, assim, identificam as demandas de cada município e região. Tendo como função atender, também, casos de agressões, maus-tratos, abandono, exploração e assim garantir a saúde emocional, físico e social, além de vaga nas escolas (MARTINS, 2017).

O Programa Bolsa Família conforme Moraes e Machado (2017) possuem três pontos principais: primeiro a transferência de uma renda mensal, que deve auxiliar e diminuir a desigualdade e pobreza; as condicionalidades que incentivam e informam os direitos do cidadão a educação e saúde; e, os programas complementares que têm como objetivo criar oportunidades para que essas famílias saiam do estado de vulnerabilidade.

Fonseca (2013) diz que o Programa Saúde na escola foca em garantir a saúde da criança e do adolescente. Presente em alguns municípios, onde se interligam escola e saúde. Para que isso ocorra existe uma monitoria composta por pais, professores e um representante do ministério da saúde. Tendo como objetivo, cuidar da alimentação com o auxílio de uma nutricionista, saúde bucal, avaliações clínicas entre outros. Conforme o Portal MEC (BRASIL, 2019), tudo isso ocorre no meio escolar ou nas unidades básicas de serviços, com o auxílio da equipe de saúde. O objetivo é a melhoria de qualidade de vida para a população.

Ainda como Fonseca (2013) relata, ocorreu um grande avanço nas políticas públicas em relação às crianças e adolescentes, pois os programas possuem o objetivo de garantir o direito constituído no Estatuto da Criança e Adolescente, o que exige consciência de seus direitos, permitindo sair do estado de vulnerabilidade social.

6 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Essa pesquisa, realizada em uma escola do município de Araranguá- SC, procurou apresentar o sentido da instituição escolar às crianças que se encontram em estado de Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

vulnerabilidade social, buscando observar a importância desse processo educacional para cada indivíduo.

Caracteriza-se como uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, levando em consideração aspectos motivacionais, causas, dentre outros fatores, não atribuindo resultados numéricos. Pinheiro (2010, p.20) afirma que “a interação dos fenômenos e atribuição de significado são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de metodologia e técnicas estatísticas.” Esta pesquisa foi realizada a partir de observações, análise crítica com auxílio de alguns questionamentos.

Desta forma, ainda com base em Pinheiro (2010), esta pesquisa é de natureza básica, pois tem como objetivo geral problematizar o que as crianças em estado de vulnerabilidade social esperam da escola, contribuindo para a aquisição novos conhecimentos, sem a intenção de aplicação ou generalização. A presente pesquisa tem caráter exploratório, pois “possibilita ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema” (PINHEIRO, 2010, p. 21). Sendo uma entrevista narrativa, pois, “se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando à profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional” (MUYLAERT et al.,2014, p.194).

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada com as crianças pertencentes à instituição escolar. Foram entrevistados nove alunos do 4ºano e três alunos do 3º ano do ensino fundamental. Para realização, solicitou-se autorização da escola via termo de consentimento informado (Apêndice A).

A escolha dos alunos entrevistados foi realizada a partir de uma conversa informal com a diretora da instituição escolar, sendo a mesma que selecionou os alunos através de seus conhecimentos sobre a questão de vulnerabilidade social. Assim a presente pesquisa foi separada em categorias sendo elas: contextualização da caracterização de vulnerabilidade social, representação da importância da escola e auto imagem enquanto aluno.

7 APRESENTAÇÕES DOS RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Nesta sessão serão apresentados os resultados da pesquisa com base nos relatos coletados, em uma escola da rede municipal da região de Araranguá. Optou-se por realizar a análise por meio de categorias, com base nos objetivos da pesquisa e do instrumento utilizado para a realização da entrevista com 12 crianças em estado de vulnerabilidade social.

7.1 Contextualização da caracterização de vulnerabilidade social

Com base nos objetivos da pesquisa, foram elaboradas questões que identificassem características, podendo ser relacionadas com o estado de vulnerabilidade social. No primeiro momento, o questionamento teve ligação com a família, sobre a quantidade de irmãos, sua visão em relação aos pais, se a criança já havia se mudado de casa ou cidade, se morou com outras pessoas e onde é localizada sua moradia hoje. Assim, obtiveram-se as seguintes respostas:

Em relação ao local de moradia, não se obtiveram respostas com muita clareza, uma vez que alguns dos alunos não conseguiram identificar o nome do seu respectivo bairro. As respostas foram: “No Uca, ali no Carandiru!” (aluno A, 11anos), “Lá pra lá! É só ir reto e vira, já é minha casa!” (aluno B, 9 anos) “Aqui perto numa rua de areia!” (aluno C, 10 anos), “Ali naquelas casinhas!” (aluno D, 9 anos) e “Aqui na Divinéia!” (aluno E, 10 anos).

A quantidade de irmãos por família; “Tenho 5 irmãos, mas um já morreu!” (aluno A), “Um irmão de 10 anos!” (aluno B), “Tenho 5!” (aluno C), “Tenho 2 em casa!” (aluno D), “Tenho 5 e todos moram comigo!” (aluno E). Em relação aos pais; “Brigam muito comigo!” (aluno A), “São legais!” (aluno B), “Legais, eles têm carro. Aí ele só não anda quando não tem gasolina!” (aluno C), “Legais, moro só com minha mãe!” (aluno D), “Legais!” (aluno E).

Outro questionamento realizado foi sobre cidades que já residiram ou se moraram com outras pessoas; “Já, em Osório morei com minha prima!” (aluno A), “Já e foi em Jacinto!” (aluno B), “Já, na minha cidade natal e minha vó morava com a gente!” (aluno C), “Não!” (aluno D), “Já. Eu nasci em outra cidade no Rio Grande do Sul e já morei com minha vó e meu vô!” (aluno E), “Já, na Coloninha, no Morro dos Convento e agora tô aqui! Ah, já

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

morei na casa do meu irmão, não sei por quê! Mas acho que foi por causa do conselho tutelar!” (Aluno F, 11anos).

Com isso percebe-se uma representação da própria moradia com “apelidos” pejorativos, como associar a nomes de presídios conhecidos nacionalmente, exemplo o “Carandiru”, o que pode estar vinculado a uma imagem de ambiente hostil ou até mesmo criminalizado.

Como é citado por Fonseca et al (2013), uma das características de vulnerabilidade social têm relação com o lugar de moradia, onde é localizada e se possui algum risco ou pontos suspeitos de tráfico de drogas ao redor.

Além das relações familiares, que a partir das falas consegue-se notar que em grande parte das famílias já ocorreu o afastamento deles por um determinado tempo, o que se tem como hipótese, o afastamento por conta do conselho tutelar. Lembrando que no Art. 131 registra-se que “o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”. (BRASIL,1990)

O afastamento pode ter relação com o não cumprimento de alguns direitos da criança e do adolescente de forma adequada, obtendo a consequência como o afastamento familiar. Além do ambiente de moradia relatado, possibilitar um determinado risco para este indivíduo.

7.2 Representação da importância da escola

Esta pesquisa se desenvolveu no âmbito escolar, com o objetivo de identificar a importância desta instituição para os alunos e assim analisar suas respectivas respostas. Para isto, foram realizados os seguintes questionamentos: o que você acha a escola? Qual a importância da escola? Será que ela pode te ajudar no futuro? O que você gosta na escola e o que não gosta?

Em relação ao gostar e não gostar da escola, obteve-se: “Gosto das brigas e não gosto do diretor!” (aluno A) “Gosto de educação física e não gosto de matemática. Ah, mas gosto meio de Ciências!” (aluno B) “Gosto de tudo na quarta-feira, porque tenho educação Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

física e em casa gosto do *Naruto* (desenho animado) e não gosto das brigas!” (Aluno C), “Gosto das aulas de pintar e não gosto das brigas!” (Aluno D), “Gosto de português e não gosto dos meninos! Eles são chatos!” (Aluno E).

Em relação à importância da escola: “Sim, pra aprender a escrever e pintar!” (Aluno A), “Sim, por que ela é um pouquinho legal!” (Aluno B), “Sim, para o futuro se ela sobreviver!” (Aluno C), “Sim, para aprender a ler!” (Aluno D) e “Sim, acho que por causa que aqui a gente aprende um monte de coisas e se a gente não vim para a escola não vamos ter um bom futuro!” (Aluno E).

Se pudesse mudar algo na escola, o que mudaria? “Os diretores!” (Aluno A), “Queria ter bastante recreio!” (Aluno B), “Ter computador! Eu sei mexer porque tem computador no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social)!” (Aluno C), “Mudaria as salas de aulas, faria as aulas no corredor!” (Aluno D) e “O jeito dos outros de conversar, sendo grossa e parar de falar palavrão!” (Aluno E).

Ao questionar sobre o que gosta na instituição, foram destacados com maior frequência a educação física. Já na relação com a importância, o espaço escolar é considerado importante, porém não se percebe na fala a relação da instituição escolar com a melhoria de seu futuro. Exceto os dois alunos que descreveram a importância relacionada a melhorias para seu próprio futuro.

Nesta fase, como mostra Papalia (2013, p. 356), “O crescimento cognitivo que ocorre durante a terceira infância permite à criança desenvolver conceitos mais complexos e ganhar compreensão e controle emocional.” Porém, nos relatos não se consegue perceber com clareza o devido desenvolvimento, conforme a determinada fase. Por conta de se assemelhar aos relatos de forma superficiais em relação à importância de frequentar a escola, como sendo apenas para aprender a ler e escrever, embora se saiba que há potencial da elaboração de conceitos mais aprofundados, pois, neste período, o meio cultural e social interferem significativamente (VYGOTSKY, 1994). Nos relatos, percebe-se como o papel da escola fica limitado à alfabetização ou a um espaço de interação e, embora também sejam estes os papéis desta instituição, parece que as demais aprendizagens não são percebidas por estas crianças.

A instituição escolar abrange um importante papel, mais complexo. “Segundo Libâneo (2007), são três os objetivos da escola: (1) o preparo para o processo produtivo (2) formação para a cidadania crítica e participativa; (3) formação ética”.

Primeiro objetivo tem relação com a preparação para o mundo do trabalho. Segundo, é a capacidade de cada indivíduo ser ativo no contexto social participante e expondo suas ideias e conhecimentos, desenvolvendo consciência de seus direitos e deveres para exercer a cidadania. E, por fim, a ética, na qual cada indivíduo deve ter consciência de que vive em uma diversidade e, assim, deve-se respeitar, ter conhecimento dos limites, compreendendo os valores humanos.

7.3 Autoimagem enquanto aluno

Na fase escolar a criança está se desenvolvendo e se percebendo em um meio social, assim formando seus pensamentos de forma mais concreta. Como podemos perceber nas respostas relacionada à questão, de fazer ou não as tarefas, a autoavaliação de suas próprias notas e de si mesmo como alunos.

Sobre o fazer e não fazer, as tarefas obtiveram as seguintes respostas: “Sim, quando não faço é porque tenho preguiça e meus pais não ajudam!” (Aluno A), “Faço” “Não faço porque não quero, não tenho vontade de fazer!” (Aluno B), “Sim, faço com a minha mãe, se não fazer eu apanho. Quando não faço é por causa do *Naruto* (Desenho animado). Mentira! Eu sempre faço, sempre lembro ela!” (Aluno C), “Faço, se não faço é porque ficam me chamando!” (Aluno D), “Sim, mas quando não faço é porque tô vendo TV ou ajudando minha mãe!” (Aluno E).

Em relação às notas e a autodescrição sobre si mesmo como aluno, obtiveram-se as seguintes respostas: “Minhas notas são boas!” “Sou muito briguento!” (Aluno A), “As notas são boas, nove!” “Sou um aluno mais ou menos!” (Aluno B), “Acho que vou tirar zero por que sou lerdo!” “Sou mais ou menos, porque copio lerdo e todo mundo fica falando de mim!” (Aluno C), “Minhas notas são mais ou menos!” “Sou um aluno mais ou menos” (Aluno D), “No meu boletim tá bom!” “Mas sou péssimo, por causa que quando eu não tô parado, eu tô conversando, fico viajando lá na lua!” (Aluno E).

Ao questionar os alunos, pode-se perceber uma falta de confiança em si mesmo. É apresentado por Papalia (2016) que nesta fase está sendo construído o autoconceito, quando se inicia a percepção com um olhar mais preciso, realizando um julgamento de seus atos. Além disto, a autoestima está vinculada neste processo como Erikson (1982, apud PAPALIA, 2013, p.356) afirma, pois, “um importante determinante da autoestima é a visão que a criança tem de sua capacidade para o trabalho produtivo.”

Bee e Boyd (2011, p.395) relatam que “quando os pais vão a reuniões de pais e mestres, frequentam eventos escolares e se envolvem na supervisão do dever de casa, as crianças são mais fortemente motivadas, sentem-se mais competentes e se adaptam melhor à escola”. Na entrevista apenas uma criança relatou que a mãe o auxilia nas atividades escolares e, conseqüentemente, foi o aluno que melhor se expressou ao responder da entrevista.

Também, percebe-se que as crianças entrevistadas não possuem autoconfiança em relação aos estudos, pois não se obteve nenhuma resposta totalmente positiva. Além de se perceber que alguns relatos possuem a influência de julgamentos relacionados a falas de outras pessoas, sem nenhum incentivo dos familiares, afetando diretamente na construção do autoconceito, tendo como consequência a baixa autoestima.

8 CONCLUSÃO

A instituição escolar tem um papel muito importante para o processo de desenvolvimento de cada indivíduo, contribuindo para a formação do sujeito em relação ao processo de aprendizagem, dos fatores cognitivos, psicossociais, afetivos, entre outros. Além disto, possui um importante papel social na preparação do sujeito enquanto cidadão ativo, para o meio produtivo e a convivência em meio à sociedade.

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a percepção de crianças em estado de vulnerabilidade social sobre o papel da escola. Os entrevistados fazem parte da terceira infância que, conforme estudos, são crianças que possuem um desenvolvimento cognitivo mais organizado, tendo facilidade para elaboração de algumas reflexões acerca de temáticas do cotidiano.

Ao realizar as entrevistas, conseguiu-se perceber as características em relação a esta situação de vulnerabilidade, pois percebe-se que boa parte dos alunos possuem uma fragilidade maior em relação ao desempenho escolar, podendo envolver vários fatores relacionados com o estado em que se encontram atualmente, além da falta de motivação familiar e a visão de mundo que eles possuem, por conta de suas vivências.

Após o questionamento sobre a importância escolar, consegue-se perceber que para as crianças a escola possui apenas um único papel: de ensinar a ler e escrever. Não há de se ter conhecimento da importância dos outros aspectos de desenvolvimento. Deste modo, entende-se que a maioria das crianças não conseguem perceber o sentido de frequentar a instituição escolar diariamente. Outro fator presente é a visão da instituição escolar, pois apenas um dos entrevistados conseguiu elaborar uma resposta que relatava a importância da escola. Os demais percebem a instituição como algo importante, tendo a escola como um ambiente “legal” onde lá estão por obrigatoriedade para aprender, porém não percebem a importância e assim considera como coisas que não são “interessantes”.

Diante do exposto, percebe-se que as crianças em estado de vulnerabilidade social, possuem um conhecimento sobre a importância da escola em suas vidas. Porém apenas dois dos entrevistados conseguiu fazer relação entre a escola e a melhoria do seu futuro, possuindo uma visão mais complexa do que é a função social desta instituição. Com isso percebe-se que as crianças entrevistadas possuem uma visão conforme sua realidade e o que é apresentado para ela tendo relação com as motivações que são dadas a ela e sua visão de mundo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Saúde na Escola**, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>. Acesso em: 07 out.2019.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

BRASIL. Decreto nº 6.286, 5 de dezembro de 2007. Institui o **Programa Saúde nas Escolas**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o **Programa Bolsa Família, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266.

BEE, Helen; BOYD Denise. **A criança em desenvolvimento** [recurso eletrônico]; tradução: Cristina Monteiro ; revisão técnica: Antonio Carlos Amador Pereira. – 12. ed. Dados Eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico**. **Educar em Revista**, Paraná, v. 17, n. 17, p.1-10, 2001.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o cidadão?* Campinas: Papirus, 1991.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p.1-14, 26 mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000303001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 maio 2019

FONSECA, Franciele Fagundes et al. **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção**. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, p.1-8, jun. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406038968019>. Acesso em: 26 maio 2019.

FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Moraes, 1984.

FREITAS, Ione Campos. *Função social da escola e formação do cidadão*. Disponível em: <http://democracianaescola.blogspot.com.br/2011/10/cabe-escola-formar-cidadaos-criticos.html>.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko; FERRER, Ana Luiza. **Saúde Mental e Vulnerabilidade Social: a direção do tratamento**. 2013. 16 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Campinas, 2013.

GOMES, Alessandra de Oliveira Capuchinho. **A função social da escola: uma análise das significações constituída pelos gestores, professores, pais e alunos de uma escola pública paulista.** 2014. 525 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** *Ciências e Saúde Coletiva*, Fortaleza, p.357-363, jun. 2004.

KOHN, Alfie. **Punidos pelas recompensas.** São Paulo: Atlas, 1998

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Aurea. O Conselho Tutelar e sua importância como agente público no zelo aos direitos infantojuvenis. **Oab Paraná**, Paraná, p.1-1, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://www.oabpr.org.br/artigo-o-conselho-tutelar-e-sua-importancia-como-agente-publico-no-zelo-aos-direitos-infantojuvenis/>. Acesso em: 04 set. 2019.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 17, n. 12, p.1-12, dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695>. Acesso em: 26 maio 2019.

MORAES, Verena Duarte de; MACHADO, Cristiani Vieira. **O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial.** *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p.129-143, set. 2017.

MORAES, Luciane Teresinha de. **A Importância Do Programa Bolsa Família No Desenvolvimento Social E Econômico Do Município De Quilombo – Sc.** Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, Chapeó, p.1-11, set. 2017.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: **um importante recurso em pesquisa qualitativa.** *Revista Escola de Enfermagem Usp*, São Paulo, p.193-199, jul. 2014.

PAPALIA, Diane E. **desenvolvimento humano** [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell ; tradução : Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] ; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. – 12. ed. – **Dados eletrônicos.** – Porto Alegre: AMGH, 2013.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família.** Ed. Edusc, Bauru. 2003.

PINHEIRO, José Maurício. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. xv, 161 p

PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; CARLOTO, Denis Ricardo. **Reflexões sobre o papel social da escola. Revista de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p.3-11, maio 2016.

PROCÓPIO, Marcos Luís. **Motivação e Organização: como uma idéia pode ajudar a entender a outra? Xxxv Encontro da Anpad**, Rio de Janeiro, p.1-17, set. 2011.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; MELCHIORI, Lígia Ebner. **Aspectos do desenvolvimento na idade escolar e na adolescência**. 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155338/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s01_texto01.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da escola e suas demandas sociais. Revista Projeção e Docência**, Brasília, v. 5, n. 2, p.6-23, dez. 2014. Disponível em <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>. Acesso em: 26 maio 2019.

SIQUEIRA, Cláudia Machado; GURGEL-GIANNETTI, Juliana. **Mau desempenho escolar: uma visão atual. Revista Assoc Med Bras**, Belo Horizonte, p.78-86, out. 2010.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, Michael. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.